

4468

1660

Presidente da Funai diz que a situação é generalizada

NÃO SÓ DENTRO DO ÓRGÃO COMO EM TODOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

BRASÍLIA (SUCURSAL) - O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Júlio Gaiger, disse ontem que as dificuldades financeiras atravessadas pela administração regional do órgão no Pará estão ocorrendo em todo o País e decorrem da não adaptação da administração pública à política de contenção de gastos do governo federal. "A situação não é exclusiva do Pará. É generalizada e não é só na Funai. Toda a administração pública federal está passando pelas mesmas dificuldades". Para Gaiger, o serviço público estava habituado a gerenciar considerando a inflação, remetendo custos para exercícios posteriores, e agora se vê obrigado a trabalhar "com o que possui e não com a perspectiva de recebimentos futuros".

Gaiger admite que o novo sistema tem desvantagens ao afetar os serviços prestados pelo Estado, mas ressalva que é a contenção é indispensável para o equilíbrio das contas públicas. Para ele, "não se tinha conseguido compreender a nova realidade orçamentária, de maneira que eu herdei, em março, hábitos que ainda consideravam o sistema anterior ao Plano Real". Um dado significativo é que o orçamento da Funai saltou de R\$ 30 milhões em 94 para R\$ 67 milhões este ano. "Independente da liberação,

a Funai dispõe de 100% mais recursos. Chama a atenção o fato de que essa disponibilidade orçamentária se consoma com a rapidez com que ela se esvai aqui na Funai. Estamos com todo o orçamento relativo a atividades comprometido e isso não foi obra de nenhum administrador isoladamente, mas o que se fez na Funai como um todo: o comprometimento antecipado do orçamento do ano inteiro, o que nos coloca na situação difícil de negociar dotações extra-orçamentárias ou de fazer manobras orçamentárias para atender às necessidades mais vitais".

Para Gaiger, nem sempre os administradores souberam priorizar os gastos que efetivaram e as questões mais graves foram deixadas por último porque há uma crença no "potencial da urgência". "Há quem pense que acenando com urgências se consegue sensibilizar o governo federal. Como presidente, preciso fazer uma manobra delicada. Por um lado, conto com os funcionários para revertermos esse processo de gastos sem priorização, e também para sermos mais frugais na administração orçamentário-financeira. Por outro lado, preciso encontrar meios para enfrentar essas situações mais extremadas, que existem no Brasil inteiro e que o Pará é um exemplo".

SEDUC NEGA DESCASO COM POVOS INDÍGENAS

A Coordenadoria de Educação Indígena e a Divisão de Currículo da Secretaria de Estado de Educação negou ontem que o órgão venha tratando com descaso a educação indígena, apesar de não haver contratações de professores para as aldeias, que começam a ficar sem aulas. "A secretaria está se empenhando frente ao governador para as contratações dos professores que atuarão nas áreas indígenas", afirma o coordenador Raimundo Alberto Ampuero. No Pará, existem 156 professores nas áreas indígenas para cerca de oito mil alunos.

Ele conta que há cerca de um mês foram feitos dois cursos para capacitação de 43 professores em Altamira e Redenção, envolvendo tanto funcionários antigos da Seduc quanto professores que deverão ser contratados. "Essas contratações não podem ser feitas de imediato devido à época em que estamos. É um período de eleição e as contratações foram suspensas", explica Ampuero.

As secretarias estaduais são responsáveis pela educação indígena desde 1991, quando uma portaria interministerial excluiu a função de entre as atribuições da Funai. Houve tempo suficiente para pelo menos definir a questão dos professores que iriam atuar nas reservas. Mas para isso, Raimundo Ampuero também tem uma explicação.

Segundo ele, antigamente os professores eram enviados às áreas indígenas sem qualquer conhecimento e treinamento sobre o que estavam enfrentando. Hoje, diz Ampuero, a Seduc já trabalha em parceria com instituições federais, universidades e organizações não-governamentais (ONGs) para o aprimoramento dos docentes. Para cada área, são enviados, por exemplo, antropólogos, professores de linguística e de matemática que orientam os professores das aldeias a lidar com os indígenas. Isso é para que não só as crianças te-

tenham um bom rendimento como também para que os docentes se sintam à vontade para dar aulas.

Sobre os cinco anos desperdiçados sem solução para o problema das contratações, a partir de uma política de educação, Raimundo Ampuero chegou a admitir a deficiência, mas procura logo justificar: "Teve uma contratação, se não me engano, em 94 ou 95, de professores nas regiões de Altamira e Itaituba. Eu não tenho o número exato, mas já houve essa contratação". Se há necessidade da realização de novos contratos, diz ele, é para suprir as necessidades de outras áreas.

LEVANTAMENTO - Raimundo Ampuero diz que a Seduc não pode falar sobre o que foi feito no governo anterior quanto à educação indígena. Afirma, entretanto, que um trabalho vem sendo feito dentro desse processo. Agora em setembro, por exemplo, será feito um levantamento na área do Mapuera, onde um único grupo indígena é formado por seis a oito etnias. "Precisamos ir lá fazer o levantamento populacional e sócio-linguístico para fazer a capacitação de professores e depois remeter esses professores para as aldeias. É um trabalho demorado, não é que seja lento. A gente só precisa de um pouco mais de atenção", arremata ele. "O ensino é diferenciado, então a capacitação também tem que ser diferenciada. Não podemos pegar um professor, dar um curso de 30 horas e jogá-lo dentro da área indígena".

Raimundo Ampuero nega ainda que os índios estejam sendo desestimulados a dar aulas - mas sabe-se que eles não vêm recebendo nenhum salário do governo e estão voltando à caça, pesca e colheita, o que significa menos docentes nas áreas. Só na relação de professores a serem contratados, afirma o coordenador, há cerca de 20 índios. A idéia é, segundo ele, fazer dos indígenas, aos poucos, a maioria dos educadores nas reservas.

SÓ GOVERNADOR PODE CONTRATAR PROFESSORES

Para o chefe de Divisão de Currículo da Seduc, Rosemiro dos Anjos, "é muita coisa a ser administrada": afinal, no Pará existem 3.777 escolas indígenas, disseminadas entre 32 etnias e fazendo uso de 28 línguas, sendo que alguns grupos não falam português. Rosemiro conta que o Ministério de Educação repassa R\$ 44 mil à secretaria, por ano, para serem aplicados na educação indígena, o que é insuficiente. "O Estado contribui com muito mais do que isso aí, com material, treinamento de professor", compara ele, acrescentando que a Seduc mandou até mesmo buscar um técnico no Sudeste para orientar os professores quanto à proposta e conteúdo curricular.

Rosemiro acha que a Seduc "se empenha até demais na educação indígena". Quanto à contratação de

professores, ele procura se justificar dizendo que o governador Almir Gabriel tem uma série de problemas para resolver. "Certamente ainda não acertou nesse sentido, mas ele também está se empenhando, sempre se comunicando com o secretário e fazendo o possível para tentar resolver essa situação".

Apesar da Seduc garantir que a maioria das aldeias vem recebendo aulas, o coordenador de Educação da secretaria Raimundo Alberto Ampuero não soube informar o número de reservas que estão sem professor. Ele apenas garantiu que a intenção do governo é levar educação para todos os grupos. Mas nem Ampuero nem Rosemiro dos Anjos deram previsão de quando isso pode acontecer, já que a decisão é do governador.